

AgRg no HABEAS CORPUS Nº 534.741 - RJ (2019/0282904-5)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
AGRAVANTE : GUILHERME SIQUEIRA RODRIGUES
ADVOGADO : FRANCISCO FABRÍCIO BRAGA DINIZ - RJ144417
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. INDEFERIMENTO DE LIMINAR. EXCEPCIONALIDADE NÃO CONFIGURADA. RECURSO INCABÍVEL. NÃO CONHECIMENTO.

1. É assente na jurisprudência deste Tribunal Superior o entendimento de que não é cabível a interposição de agravo regimental contra decisão que, fundamentadamente, indefere pleito liminar em *habeas corpus*.
2. Não se verifica a excepcionalidade a fim de justificar o cabimento do agravo interposto quando a tutela de urgência não é concedida, haja vista o não atendimento dos requisitos legais.
3. A questão apresentada no agravo regimental, relacionada a eventual ilegalidade da decisão impugnada, como nela bem consignado, refere-se ao mérito da própria impetração, de tal sorte que, não se vislumbrando alteração no quadro apresentado pelo impetrante, não há que se falar em constrangimento a ser sanado pelo indeferimento da medida de urgência em apreço.
4. Agravo regimental não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, não conhecer do agravo regimental. Os Srs. Ministros Reynaldo Soares da Fonseca, Ribeiro Dantas, Joel Ilan Paciornik e Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 22 de outubro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO JORGE MUSSI
Relator